

Sarney teme modificação no orçamento

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

A disposição dos membros da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional de fazerem uma "radiografia da mensagem orçamentária" está preocuppando o Governo, na medida que qualquer alteração do texto poderá alterar toda a estrutura da política econômica, que se baseia na redução do déficit público a 2% do Produto Interno Bruto no próximo ano.

Para o Governo, a posição do deputado Cesar Maia, do PDT do Rio de Janeiro, de questionar a fixação do déficit em 2% do PIB, pode representar uma ameaça de mudança na política econômica, "toda montada no pressuposto de que os cortes nos gastos públicos são o principal fator de ajuste da economia", como afirmou ontem assessor da Presidência da República, acrescentando que só com a redução do déficit será possível controlar a inflação. Na análise desse assessor, ao contrário do que afirmou o deputado fluminense, a fixação do déficit em 2% do PIB não está vinculada a qualquer recomendação ou orientação do Fundo Monetário Internacional.

A expectativa do Governo, disse, é de que o Congresso Nacional examine e aprove o orçamento tendo como base a realidade econômica do País, sem extrapolar para aspectos político-partidários ou ideológicos. Lembra esse assessor que a referência da proposta orçamentária à Lei de Excesso, que indexa o orçamento a quatro itens (URP, Câmbio, OTN e IPC), é uma questão secundária, já que a aprovação dessa lei depende de aprovação do próprio Congresso. Segundo ele, mesmo que essa indexação não seja aprovada em tempo hábil, como questionam os membros da Comissão.